

■ POLÍTICA

ACM sai de cena, mas prepara a volta

Em 6 anos de poder na era FHC, senador colecionou polêmicas e aumentou a lista de inimigos

João Domingos
de Brasília

Dono de incontestável poder em todos os governos nos últimos cinquenta anos — exceção para o período de pouco mais de dois anos de mandato de Itamar Franco —, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) oferecerá hoje ao Brasil o espetáculo de sua renúncia. Como é de seu estilo, preparou-se muito para tornar essa crônica de uma renúncia anunciada num fato marcante, principalmente para uma volta apoteótica à Bahia, para novamente se candidatar a senador no ano que vem.

Ainda imbatível na Bahia, conforme as pesquisas de opinião pública, todo-poderoso nos seis primeiros anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, Antonio Carlos renuncia ao mandato de senador para fugir do processo por quebra do decoro parlamentar, o que lhe valeria, se cassado, a perda dos direitos políticos por oito anos. Sem esses direitos, não poderia se candidatar e voltar, como diz, pelo voto do povo.

A renúncia significa também outra desistência: a de uma possível candidatura a presidente da República. Mesmo com toda a influência que exerceu nos governos militar e pós-redemocratização, o senador nunca conseguiu transformar esse poder em votos fora da Bahia.

No auge de sua popularidade, como em 1999, quando fez a CPI do Judiciário, não conseguiu ultrapassar índices de aceitação que lhe garantissem perspectivas de sucesso na eleição. Ele sempre soube disso. Tanto é que, em 1995, já trabalhava para que seu filho Luís Eduardo Magalhães sucedesse Fernando Henrique. Mas Luís Eduardo morreu em abril de 1998, logo depois de ter, como líder do governo, trabalhado para aprovar a emenda constitucional da reeleição.

Antonio Carlos subirá à tribuna hoje para fazer um balanço de sua vida. Vai falar para um Senado lotado

de senadores constringidos com a quebra do sigilo do painel eletrônico de votação. Ele dirá que a pena de cassação é muito grave para o crime do qual é acusado — o de espiar a lista de senadores que votaram na sessão de cassação do mandato de Luiz Estevão. Falará também a respeito de corrupção no governo e sobre suas relações com Fernando Henrique.

Uma volta ao passado de pouco mais de seis anos mostra que o senador que mais ajudou o presidente da República nos momentos de crise tem um estilo brigão de fazer política e uma incrível capacidade para arrumar inimigos. Eleito senador em outubro de 1994, mesmo dia em que Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, Antonio Carlos tomou posse em primeiro de fevereiro (pela Constituição, o presidente toma posse em primeiro de janeiro).

No dia em que assumiu o mandato, Antonio Carlos começou a sua controvertida convivência com o presidente. Cobrou de Fernando Henrique medidas de impacto. O presidente reagiu na hora. Disse que só tinha um mês de governo e que as críticas eram injustas. Sete dias depois, Fernando Henrique foi a uma solenidade política em Santa Maria da Vitória (BA). A festa, no entanto, foi feita para Antonio Carlos. E o senador atacou: disse que o salário mínimo de R\$ 70 era "aviltante". Defendeu o mínimo de R\$ 100. Fernando Henrique não soube o que responder.

Um dia depois, voltou ao ataque. Disse que Fernando Henrique Cardoso deveria aprender a governar, atacou o PSDB e lançou seu filho Luís Eduardo à sucessão presidencial, em 1998. Foi necessário que o senador

Jorge Bornhausen (SC), presidente nacional do PFL, corresse atrás de Antonio Carlos e Fernando Henrique para tratar do primeiro acordo de paz entre os dois. As rusgas dos primeiros dias de mandato levaram Pimenta da Veiga, presidente do PSDB na época, a pedir a punição de Antonio Carlos — em política, isso quer dizer retaliação contra aliados.

Logo, surgiram outros adversários. O cantor Caetano Veloso, que depois tornaria a virar amigo de Antonio Carlos, foi a um desfile em Salvador ainda em fevereiro e disse que a era de mando do senador deveria ser encerrada. Em resposta, Antonio Carlos disse que Caetano era um cantor "elitista".

Em março, foi a vez de o senador atacar Clóvis Carvalho, então chefe da Casa Civil de Fernando Henrique. Mas, ainda não contente com a briga com Pimenta da Veiga e outros ministros e com o cantor Caetano, acusou o Judiciário de corrupto e estocou Fernando Henrique. Disse que era um presidente acanhado. Em 30 de março o Supremo Tribunal Federal reagiu. Intimou Antonio Carlos a dizer quem eram os corruptos. O senador respondeu que o Judiciário era mais do que havia falado. Era negligente.

Nem tinha resolvido os problemas com o Supremo, abriu nova frente de briga. Agora, com Odacir Klein, do PMDB, então ministro dos Transportes. Enquanto Odacir preparava a resposta, Antonio Carlos virou-se para Itamar Franco e disse que, quando ocupou a Presidência da República, tinha protegido corruptos. Ainda em maio, atacou Fernando Henrique, que havia feito uma viagem ao Nordeste. Acusou o presidente de não ter propostas para a região.



Antonio Carlos Magalhães

Nesse mesmo mês de maio, em resposta ao senador Pedro Simon, que criticava a influência do PFL no governo, declarou: "Esse governo é nosso". No mês seguinte, voltou-se de novo contra o PSDB e disse que o plano do partido, de ficar no poder até 2015, parecia coisa de militares.

Em 18 de julho de 1995 fez seu mais pesado ataque ao governo. Disse que os segundo e terceiro escalões estavam lotados de corruptos. Fernando Henrique reagiu. Pediu a lista. O senador levou até ele uma lista com 12 pessoas, vários deles seus desafetos na Bahia. Não contente, atacou o Mercosul e o ex-ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause, de seu próprio PFL. Em 3 de agosto, seis meses depois de sua posse, fechou o segundo tratado de paz com o presidente.

O acordo não resistiu. Nove dias depois, atacou toda a diretoria do Banco Central, pediu uma devassa e ameaçou romper com Fernando Henrique. Acusava os diretores do BC de facciosismo, por causa da liquidação do Banco Econômico. Bornhausen voltou a campo e conseguiu nova paz, assinada em 23 de agosto.

Em novembro, foi a vez de dar início ao que faria anos seguidos. Defender Fernando Henrique. As oposições lutavam para fazer a CPI do Sivam, no primeiro escândalo do novo governo. Antonio Carlos assumiu a presidência de três comissões conjuntas (de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores) e impediu a instalação da CPI. A supercomissão concluiu que não havia problemas com o Sivam.

No Senado, ele também colecionou adversários. Durante uma reunião da comissão encarregada de analisar o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), em 4 de março de 1996, trocou tapas com o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Este era o presidente da comissão. E resolveu encerrar a audiência com Gustavo Loyola, então presidente do Banco Central, sob o argumento de que teria início naquele momento a sessão plenária. Mas faltavam as respostas às perguntas do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Antonio Carlos criticou Suassuna: "Você não pode cassar a palavra do deputado Aleluia. Peça a suspensão da sessão", disse. Suassuna respondeu: "Não posso fazer isso. Converse com o Sarney" (então presidente do Senado). "Não posso aceitar isso, até porque você participou do treinamento de Loyola", continuou Antonio Carlos. Foi a vez de Suassuna: "Não sou homem de acordo. O senhor me respeite". Antonio Carlos: "Respeito nada. Não é homem de acordo, mas de roubo". Suassuna: "Quem rouba é você". ACM partiu para cima de Suassuna. Deu-lhe uns tabefes.